Aliança Global contra a Fome e a Pobreza — 2º aniversário e lançamento do relatório "The Race to 2030"

Evento realizado em Nov 18, 2026 (FAO, Roma) · Transcrição organizada por @Paulo De Lima

Nota sobre a transcrição

Falas integrais, na ordem original, traduzidas para o português e corrigidas a partir da transcrição automática (que misturava inglês e português) com o uso de IA

Falante	Função
Emilie Chazelle	Moderadora (Mecanismo de Apoio da Aliança Global)
Wellington Dias	Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil (copresidência)
Fernando Miranda	Representante Permanente Adjunto da Espanha junto à FAO, ao FIDA e ao PMA (copresidência)
Renato Godinho	Diretor do Mecanismo de Apoio da Aliança Global
Máximo Torero	Economista-chefe da FAO e campeão da Aliança Global
Iffath Sharif	Diretora Global de Proteção Social, Banco Mundial, e campeã da Aliança Global
Ferdinando Regalia	Gerente do Setor Social do BID e campeão da Aliança Global (on-line)
Ashu Handa	Economista-chefe e diretor de Política Social do UNICEF (on-line)
Janja Lula da Silva	Primeira-dama do Brasil e Campeã Especial da Boa Vontade da FAO contra a Fome

Abertura

Emilie Chazelle (moderadora)

Excelências, distintos convidados, colegas e amigos, boa tarde e sejam bem-vindos. É um grande prazer tê-los conosco hoje, quando celebramos o segundo aniversário da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o lançamento de seu relatório principal, *The Race to 2030: Recent Progress Against Hunger and Poverty and Lessons for Acceleration* (A corrida para 2030: progressos recentes contra a fome e a pobreza e lições para acelerar).

O relatório nos oferece um quadro com dois lados. Há notícias encorajadoras: a fome global volta a cair, e, em toda a Aliança, vemos compromissos se traduzirem em ações concretas. Por outro lado, o

progresso continua lento demais e frágil demais. Mantidas as tendências atuais, mais de 500 milhões de pessoas ainda poderão passar fome em 2030, cada vez mais concentradas em países de baixa renda, frágeis e altamente endividados.

Portanto, hoje não se trata apenas de olhar para o que aconteceu desde o lançamento da Aliança, há dois anos. Trata-se também, e sobretudo, dos quatro anos que temos pela frente até 2030. O que está funcionando? Onde estamos falhando? O que governos e parceiros precisam fazer de diferente, agora, se levamos a sério a mudança de trajetória até 2030? Para iniciar esta conversa, tenho o prazer de passar a palavra aos dois países que lideram a Aliança como copresidentes: Brasil e Espanha.

Convido primeiro Sua Excelência Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil. O Brasil esteve no coração da Aliança Global desde a sua concepção, e sua liderança foi decisiva para que ela se tornasse realidade. Ministro, a palavra é sua para suas considerações iniciais.

Wellington Dias (ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Brasil)

Obrigado. Quero agradecer a todas as autoridades e a todas as pessoas aqui presentes, e cumprimentá-las com muita alegria. É uma honra para todos os membros da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza contar, mais uma vez, com a presença da nossa querida Janja Lula da Silva, a quem certamente reconhecemos pelo importante trabalho na área social e na própria constituição desta Aliança.

É com grande alegria que me dirijo a vocês hoje. Cumprimento o nosso querido Máximo Torero, o meu caro Fernando Miranda, levo o meu abraço à nossa querida Eva Granados e saúdo Renato Godinho.

Há dois anos, líderes mundiais se reuniram no Rio de Janeiro para lançar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, após diálogo com outros líderes do G20, com países e com membros das Nações Unidas, propôs em Nova Délhi, na Índia, no fim de 2023, priorizar o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente os ODS 1 e 2: erradicar a pobreza e alcançar a fome zero, respectivamente.

Para isso, propôs organizar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa lançada durante a Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024. A Aliança nasceu com uma mensagem clara: a fome e a pobreza são escolhas políticas. Já sabemos como enfrentá-las; agora resta apenas agir juntos.

Os países mais desenvolvidos devem apresentar seus planos, assumir e cumprir suas metas e apoiar os países em desenvolvimento por meio de financiamento, compartilhamento de conhecimento e assistência técnica. Esse apoio deve estar alinhado à cesta de políticas da Aliança e aos planos apresentados soberanamente por cada país, respeitando suas prioridades e estratégias nacionais.

Desde então, a Aliança vem ampliando sua presença e mobilizando países, instituições financeiras, organismos internacionais e parceiros da sociedade civil. Sua força está justamente em reunir diferentes atores em torno de soluções concretas, valorizando as demandas de cada país e promovendo a cooperação internacional.

O último relatório *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo* (SOFI), publicado pela FAO em julho de 2026, traz notícias importantes: a fome global diminuiu pelo terceiro ano consecutivo desde 2023. Os dados da FAO mostram a dimensão do desafio. Em 2015, quando as Nações Unidas aprovaram

a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, havia aproximadamente 595 milhões de pessoas passando fome no mundo.

Esse número cresceu nos anos seguintes, chegando a cerca de 688 milhões em 2022. Desde então, essa trajetória começou a se inverter. A redução da fome ocorreu nos anos de 2023, 2024 e 2025. No último ano, o número estimado de pessoas em situação de fome caiu para 645 milhões, aproximadamente 14 milhões a menos do que em 2024 e 43 milhões a menos do que em 2022.

É um sinal de que o progresso é possível, mas ainda estamos longe de alcançar nossa meta. Em 2025, o mundo ainda tinha mais pessoas passando fome do que em 2015, quando assumimos o compromisso de erradicá-la até 2030. Além disso, cerca de 2,1 bilhões de pessoas ainda viviam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

O relatório *A corrida para 2030* mostra como os membros da Aliança têm honrado os compromissos assumidos no lançamento e agido para tornar realidade a erradicação da pobreza e a fome zero. Os resultados já são concretos. Até junho de 2026, o Banco Mundial já havia ampliado a cobertura de proteção social para 234 milhões de pessoas, cumprindo 47% do seu compromisso, cuja meta é de 500 milhões de pessoas, assumida no âmbito dos *Sprints* 2030.

De forma igualmente positiva, o Banco Interamericano de Desenvolvimento já aprovou US$ 10 bilhões dos US$ 25 bilhões prometidos para programas alinhados à cesta de políticas da Aliança. Os Estados-membros da União Africana ampliaram a alimentação escolar de 66 milhões para 87 milhões de crianças, principalmente com recursos internos.

Essas são apenas algumas das 146 ações realizadas por 81 membros da Aliança registradas neste relatório, que não é exaustivo. Muitas outras ações vêm sendo realizadas pela Aliança e por seus 225 membros. Apesar dos avanços, o caminho ainda é longo, e serão necessários mais esforços para alcançar as metas da Agenda 2030.

Fatores como conflitos armados, guerras, bloqueios econômicos e tarifas, além dos efeitos da mudança do clima — especialmente diante de fenômenos como um El Niño rigoroso, que alguns cientistas alertam que pode se intensificar —, ameaçam provocar retrocessos. A própria Organização das Nações Unidas alertou agora, durante a COP31, na Turquia, para a dimensão dos impactos combinados das crises climática e social.

Segundo estimativas publicadas pela ONU, em um cenário climático adverso, até 141 milhões de mulheres e meninas a mais poderão ser empurradas para a pobreza extrema até 2050. O Programa Mundial de Alimentos também alertou que o atual fenômeno El Niño poderá levar pelo menos 49 milhões de pessoas adicionais à insegurança alimentar aguda até o fim de 2027.

São crianças, adolescentes, mulheres, idosos e populações inteiras que estão entre os mais vulneráveis a essas crises. Esses fatores, quando combinados, podem aumentar a fome, aprofundar a pobreza e comprometer os avanços conquistados nas últimas décadas. As ações que têm dado certo devem nos inspirar a acelerar o ritmo de implementação dos programas eficazes no combate à fome e à pobreza.

Por isso, o multilateralismo, aliado a uma ação nacional robusta, se faz cada vez mais necessário. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é a prova de que essa abordagem funciona. Quando houve vontade política, vencemos não uma, mas duas vezes a corrida contra a fome, sob a liderança do presidente Lula.

Há menos de um mês, vencemos outra corrida que parecia impossível: a corrida pela democracia e contra a mentira.

E posso testemunhar e dizer em alto e bom som: o povo brasileiro reagiu em defesa da democracia, mas também por um mundo com menos desigualdade, sem retrocesso nos direitos conquistados e com mais avanços em favor do povo. Eu vi estudantes e jovens nas ruas, em manifestações, gritando com muita força: "não vamos deixar roubar nosso futuro".

Vi idosos, pessoas com deficiência, vi pessoas com soro na veia ou usando oxigênio indo votar. Sei que o que aconteceu no Brasil ecoou no mundo inteiro. Sejam quais forem as razões das guerras, a paz é mais importante do que todas elas. A guerra que vale a pena, como já disse o presidente Lula, é a guerra contra a fome e a pobreza.

Se utilizarmos os recursos gastos com o armamentismo e com as guerras — que matam pessoas de todas as idades e deixam rios de sangue — e os direcionarmos aos propósitos da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, poderemos salvar vidas no mundo inteiro e contribuir para a própria construção da paz. O povo brasileiro mostrou, pela mobilização da verdade e pela perseverança, que é possível alcançar o que alguns analistas e pesquisas diziam ser quase impossível.

É uma demonstração de que a mobilização popular e a participação democrática são fundamentais para transformar a realidade. O Bolsa Família e tantos outros programas sociais abriram caminho para novas conquistas, como o fim da escala 6x1 sem redução de salário, a isenção de impostos na cesta básica, imposto de renda zero para quem ganha até R$ 5.000, desconto para quem ganha até R$ 7.300 [valor como dito; na lei, R$ 7.350] e cobrança de 10% de quem ganha acima de R$ 100.000 por mês.

As conquistas sociais são fruto de escolhas políticas e da mobilização da sociedade. É preciso continuar avançando, garantindo direitos e construindo políticas públicas que promovam a dignidade, reduzam as desigualdades e melhorem a vida de quem mais precisa.

Nunca paramos de sonhar com um futuro de dignidade para todos e todas, e continuamos a cumprir essas promessas. A insegurança alimentar [grave] no Brasil caiu de 8,1% em 2022 para 0,6% em 2025. Sair da fome é apenas o começo. Do saldo líquido de empregos no Brasil, 85% das vagas foram ocupadas por pessoas do Bolsa Família, e mais de 10,2 milhões de pessoas do Cadastro Único são empreendedoras, formais ou informais.

Muitas pessoas que dependiam do Bolsa Família hoje são pequenos empresários — especialmente, minha querida Janja, mulheres — e estão gerando empregos e aumentando o consumo, ajudando a economia do Brasil a crescer. É o desenvolvimento social como parte estratégica do desenvolvimento econômico. Mais de 25 milhões de pessoas subiram na escala social, saindo da extrema pobreza, da pobreza e da baixa renda, e milhões chegaram à classe média alta.

Com isso, o Brasil alcançou o menor nível de desigualdade e o maior Índice de Desenvolvimento Humano de sua história, superando 0,8. Esses sonhos também podem ser alcançados em escala global, por meio da mobilização de parcerias, da cooperação internacional e da vontade política.

Precisamos de líderes que construam pontes em vez de muros, que apostem na solidariedade e na cooperação e que compreendam que os desafios que enfrentamos não conhecem fronteiras. Apostar na guerra, no conflito e no egoísmo não é um caminho viável. Temos visto cada vez mais como essas

escolhas comprometem a paz, aprofundam a pobreza e dificultam a construção de um futuro compartilhado.

Precisamos de um mundo mais humano, em que a paz, a solidariedade e a cooperação sejam prioridades. Um mundo em que os países possam unir esforços para enfrentar a fome e a pobreza, em vez de alimentar conflitos e desigualdades. Nestes quatro anos até 2030, precisamos acelerar o processo. Precisamos recuperar o nosso senso de urgência.

Precisamos fortalecer o multilateralismo, ampliar o financiamento e transformar compromissos em resultados concretos para quem mais precisa. Este relatório traz recomendações e lições importantes, com base no que aprendemos nestes dois anos. Espero que hoje possamos passar essas experiências em revista e extrair delas os nossos deveres de casa.

A Aliança completa dois anos, mas não estamos aqui apenas para celebrar, e sim para redobrar a nossa determinação. Se quisermos vencer esta corrida, teremos de recuperar o nosso senso de urgência e provar que, juntos, podemos transformar a fome e a pobreza em flagelos do passado. Não basta sonhar. É preciso agir.

Precisamos transformar nossos sonhos em políticas públicas, mobilizar recursos, combater as desigualdades e colocar a política a serviço da vida, priorizando os mais pobres e os que mais precisam. Porque o sonho é só um sonho quando o guardamos para nós; quando sonhamos juntos, quando temos a coragem de agir e quando colocamos a política a serviço das pessoas, o sonho se torna realidade.

O escritor brasileiro Paulo Coelho escreveu sobre isso, dizendo que um sonho que se sonha só é apenas um sonho; o sonho que se sonha junto é realidade. Vejo o meu estado, no Nordeste do Brasil — a região que começou este século como a mais pobre do país, com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,4, ou seja, muito baixo desenvolvimento, em 2003 — e que agora, em 2025, chegou perto de 0,8 no IDH. [A fala se encerra neste ponto na transcrição.]

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, ministro Dias, por estas palavras de abertura.

Passo agora ao nosso outro copresidente, a Espanha. A Espanha tem tido um papel central em levar a Aliança adiante: ajudou a manter o impulso político, mantendo o foco firme em transformar compromissos em ação. É, portanto, um prazer convidar Fernando Miranda, representante permanente adjunto do Reino da Espanha junto à FAO, ao FIDA e ao PMA. A palavra é sua.

Copresidência espanhola e vídeo dos campeões

Fernando Miranda (representante permanente adjunto da Espanha junto à FAO, FIDA e PMA)

Muito obrigado. Vou fazer o meu discurso em inglês.

Distintos representantes de governos e de organismos internacionais, senhoras e senhores, é um grande prazer recebê-los hoje para celebrar o segundo aniversário da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e lançar seu relatório principal, *A corrida para 2030*.

A Espanha tem orgulho de copresidir esta Aliança ao lado do Brasil e de trabalhar com todos os seus membros em favor da nossa ambição comum: um mundo livre da fome e da pobreza. Dois anos após o lançamento, fizemos progressos importantes, mas também sabemos que ainda há muito a fazer. Este aniversário é uma boa oportunidade para olhar o que conquistamos e, mais importante, como podemos avançar mais rápido nos próximos anos.

A mensagem do relatório *A corrida para 2030*, que apresentamos hoje, é ao mesmo tempo encorajadora e desafiadora. Há motivos para esperança. A fome global caiu pelo terceiro ano consecutivo, e a pobreza extrema também continuou a recuar. Essas tendências nos lembram que o progresso é possível. Mas também precisamos ter clareza sobre a dimensão do desafio.

O progresso continua lento demais e até vulnerável a retrocessos. Nas trajetórias atuais, entre 510 e 520 milhões de pessoas [números truncados na transcrição] ainda poderão passar fome em 2030, enquanto a pobreza extrema poderá atingir cerca de 9,2% da população mundial. E o desafio está cada vez mais concentrado em países de baixa renda, frágeis, afetados por conflitos e altamente endividados — justamente onde as necessidades são maiores, mas onde os recursos, as capacidades institucionais e o acesso a financiamento previsível costumam ser mais fracos.

É por isso que o título do relatório de hoje, *A corrida para 2030*, é tão apropriado. Estamos numa corrida contra o tempo, mas também contra as desigualdades, a fragmentação e o risco de deixar comunidades inteiras para trás. Como destaca a publicação que lançamos hoje, a luta contra a fome e a pobreza não é simplesmente um desafio técnico. É, acima de tudo, uma questão de dignidade humana, de direitos fundamentais e de responsabilidade coletiva.

Gostaria de dar ênfase especial à situação de mulheres e meninas. Não venceremos a luta contra a fome e a pobreza sem enfrentar as desigualdades que elas continuam a sofrer. As mulheres desempenham um papel fundamental na agricultura, na produção de alimentos e no bem-estar das famílias e comunidades. Empoderar mulheres e meninas, fortalecer sua autonomia econômica e garantir sua plena participação na tomada de decisões não são apenas questões de igualdade e justiça. São essenciais para um progresso duradouro contra a fome e a pobreza, e este é também um compromisso central da política de cooperação feminista da Espanha.

A Aliança Global foi criada justamente em resposta a esse desafio. Seu valor agregado está numa ideia simples, mas poderosa: não precisamos de outra instituição nem de outra camada na arquitetura internacional. Precisamos fazer melhor uso do que já temos. Precisamos reunir liderança política, políticas baseadas em evidências, instituições nacionais, cooperação internacional e financiamento, para que atuem na mesma direção e apoiem programas apropriados e liderados pelos próprios países.

Esse princípio é essencial. Não existe um modelo universal para erradicar a fome e a pobreza. As soluções devem responder às circunstâncias e prioridades nacionais. Os parceiros internacionais devem apoiar e fortalecer os esforços nacionais, não substituí-los. O relatório traz evidências importantes de que essa abordagem já está dando resultados.

Estamos falando de 146 ações realizadas por 81 membros da Aliança, que demonstram como compromissos políticos estão sendo traduzidos em programas e resultados concretos. Essas experiências mostram que a mudança é possível quando políticas públicas sólidas são sustentadas por investimento doméstico, conhecimento e apoio internacional coordenado.

Para a Espanha, a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Sevilha no ano passado, em 2025, foi uma oportunidade importante para dar novo impulso a essa agenda. A Espanha está empenhada em transformar essa ambição em ação, inclusive por meio das duas iniciativas que lançamos no âmbito da Plataforma de Ação de Sevilha. Temos satisfação em ver os progressos alcançados e o crescente compromisso dos diferentes parceiros envolvidos.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para felicitar e agradecer a todas as instituições e parceiros aqui representados. O seu trabalho, os seus compromissos e a sua contribuição são essenciais para transformar nossa ambição em resultados tangíveis. O desafio agora é aproveitar esse impulso e fortalecer nossos esforços coletivos, e vemos a Aliança Global como parte fundamental desse esforço.

Como copresidente, a Espanha continua plenamente comprometida com o fortalecimento da Aliança. Olhando para a frente, vemos três prioridades para os próximos anos.

Primeiro, a igualdade de gênero deve estar no centro dos nossos esforços. Devemos garantir que mulheres e meninas tenham acesso igual a recursos, oportunidades e proteção, e que suas vozes sejam ouvidas nas decisões que afetam suas vidas e comunidades.

Segundo, a apropriação pelos países (*country ownership*) deve continuar no centro de tudo o que fazemos. O sucesso da Aliança será, em última análise, medido por sua capacidade de responder às prioridades dos países e ajudá-los a implementar programas em escala.

E terceiro, devemos fortalecer o alinhamento entre financiamento, conhecimento e cooperação internacional. Governos, agências das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, parceiros bilaterais, sociedade civil, setor privado e filantropia: todos têm um papel a desempenhar.

[Desculpem — a última página.] Assim, a publicação que temos hoje é mais do que uma avaliação: é um convite à ação. Ela nos lembra que os anos que restam até 2030 serão decisivos [trecho truncado na transcrição]. Há dois anos, quando a Aliança Global nasceu, ela partiu de uma convicção. Hoje, essa convicção deve se traduzir em parcerias mais fortes, recursos mais bem alinhados e resultados tangíveis no terreno.

Brasil e Espanha continuam plenamente comprometidos com este empreendimento. Estamos convencidos de que um mundo livre da fome e da pobreza extrema não é uma utopia. É uma escolha política e uma responsabilidade coletiva. Aproveitemos, portanto, este aniversário não apenas para celebrar o quanto avançamos, mas para renovar nossa determinação de ir mais longe, mais rápido e juntos.

Porque por trás de cada estatística há uma vida humana, uma família e um futuro. E cada pessoa que sai da fome e da pobreza é uma vitória da dignidade humana. Muito obrigado.

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, sr. Miranda. Já ouvimos bastante sobre a ética e o modo de ser da Aliança. Mas, é claro, a Aliança vai muito além das pessoas nesta sala e neste pódio. Por isso, antes de passarmos ao relatório propriamente dito, gostaríamos de ouvir alguns dos campeões da Aliança pelo mundo. Vamos ouvi-los por meio de um vídeo.

Emilie Chazelle (moderadora)

Obrigada a todos os nossos campeões. Agora vamos passar às evidências. *A corrida para 2030* faz uma pergunta bastante direta: faltando apenas quatro anos, o que aprendemos sobre o que funciona? E o que precisa mudar se quisermos acelerar? Para nos apresentar as conclusões, tenho o prazer de convidar Renato Godinho, diretor do Mecanismo de Apoio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Renato, com você.

Apresentação do relatório

Renato Godinho (diretor do Mecanismo de Apoio da Aliança Global)

Muito obrigado, Emilie. Bom dia — ou já boa tarde, dependendo de onde vocês estão — aos presentes na sala e às autoridades à mesa: a primeira-dama do Brasil e campeã da FAO contra a fome, Rosangela da Silva; o ministro Wellington Dias; o embaixador Fernando Miranda; o economista-chefe Máximo Torero; a diretora global de Proteção Social do Banco Mundial, Iffath Sharif; distintos embaixadores e representantes dos membros da Aliança. Senhoras e senhores, tenho o desafio de recuperar um pouco do nosso tempo e apresentar as evidências reunidas nesta apresentação, que vocês podem acessar on-line. Ainda temos alguns exemplares impressos aqui no evento, que podem levar para casa.

Vamos lá. Começo com algumas palavras sobre a publicação em si. Fiel à natureza da Aliança, este foi um relatório feito em colaboração. Queremos agradecer às instituições — algumas delas representadas no painel que vocês verão após esta apresentação —, entre elas a FAO, a Organização Internacional do Trabalho, o Secretariado da School Meals Coalition, o UNICEF e o Grupo Banco Mundial, por suas contribuições a algumas das conclusões substantivas dos capítulos deste relatório. Ele também é fruto do trabalho da nossa própria equipe, o Mecanismo de Apoio, que o organizou, editou e redigiu as notas, as concepções e o capítulo de conclusão. Meu enorme agradecimento também aos 81 membros da Aliança Global que contribuíram com suas ações.

Como ambos os copresidentes disseram em suas palavras de abertura, isto é evidência de ação. As ações aqui reunidas remontam, uma a uma, às declarações de compromisso que esses membros fizeram no lançamento da Aliança, há dois anos. Nossa equipe, impulsionada pelos copresidentes do Brasil e da Espanha, procurou lançar luz sobre o que os membros fizeram, individualmente, em conjunto ou em parceria, para avançar nos objetivos de acabar com a fome e a pobreza. Não é um mecanismo de monitoramento exaustivo; é apenas uma amostra do que os membros fizeram, e ficamos bastante impressionados com os resultados. Vocês podem conferi-los na publicação e em seu anexo.

Resumindo, a avaliação buscou ver onde estamos e quão bem posicionados estamos para vencer a corrida para 2030 e cumprir as metas dos ODS 1 e 2. O fato é que a fome e a pobreza extrema voltaram a cair nos últimos três anos, sucessivamente. Os membros da Aliança estão fazendo o que se comprometeram a fazer. Em muitos casos, os países fazem isso com recursos domésticos, colocando seus próprios recursos à frente. Mas ainda estamos muito longe da meta para 2030, e muitos desses ganhos podem ser perdidos. Além disso, como veremos nesta apresentação, o trecho que resta na luta contra a pobreza é diferente do que já percorremos, sobretudo porque as pessoas deixadas para trás estão cada vez mais em países onde o progresso é mais difícil, por diversas razões.

Vamos começar com um breve panorama do progresso. A fome cai pelo terceiro ano seguido — ouvimos isso também dos copresidentes. A pobreza extrema também vem recuando. As fontes são publicações principais da FAO e do Banco Mundial, ambas lançadas recentemente, neste ano. E está claro que, nesse ritmo, as metas não serão cumpridas. Basicamente, até 2030, se mantivermos esse ritmo, cerca de meio bilhão de pessoas ainda passarão fome, e uma em cada 11 pessoas no mundo ainda viverá em pobreza extrema. Portanto, está claro que algo precisa mudar.

Os ganhos desses anos também estão ameaçados. Uma queda histórica da ajuda oficial ao desenvolvimento se soma às crises — vocês certamente ouviram falar muito disso nos últimos meses. Não apenas as consequências da guerra em torno do Irã, o fechamento do Estreito de Ormuz e as restrições ao comércio de insumos para alimentos e de outros recursos críticos de que as pessoas precisam, mas também este El Niño recorde que se forma por cima de tudo isso. Esses ganhos podem ser revertidos se as coisas mudarem.

Ainda assim, os membros estão entregando resultados. Tudo isso se baseia na amostra de ações confirmadas e enviadas pelos membros para o relatório. Mesmo nessa situação de queda da ajuda, temos alguns destaques, já sublinhados aqui, das ações do relatório. O Banco Mundial — e esta é uma conquista coletiva, com todos os países que o Banco Mundial financia em proteção social; temos aqui a diretora de Proteção Social, que poderá falar mais sobre isso — já cumpriu quase metade da meta de 500 milhões, que também foi apresentada no lançamento da Aliança como parte dos *Sprints* 2030. Ouvimos também o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na Indonésia, no Brasil, na Índia e nos Estados-membros da União Africana, coletivamente, há muito progresso em diversos programas. Destacamos aqui a alimentação escolar como um exemplo; vocês encontrarão muitos outros.

Em todas essas implementações surge um fio condutor comum, com lições sobre como os países podem implementar de forma mais eficaz. A primeira é que esses programas perduram quando passam a fazer parte de um sistema nacional. Um exemplo-chave são os programas de alimentação escolar, que em muitos países deixaram de ser projetos pontuais para se inscrever claramente nos orçamentos nacionais e na legislação doméstica, o que significou muito progresso nessa área.

A segunda é que os resultados na redução da fome e da pobreza são mais fortes quando vários serviços podem ser combinados para chegar ao mesmo domicílio. Sobrepor intervenções de forma inteligente é o que tem as evidências mais fortes. As pessoas estão, muitas vezes, presas em múltiplas dimensões da pobreza; por isso, as intervenções precisam combinar nutrição, transferências de renda, assistência escolar, aconselhamento e outras. É isso que funciona com mais força para tirar domicílios da pobreza.

Isso nos leva à terceira lição, que diz respeito aos sistemas: cadastros sociais e sistemas de pagamento devem ser considerados infraestrutura pública em si mesmos. E devem ser aproveitados não apenas por muitas intervenções do governo nacional, mas também na resposta a crises. Há um chamado para que a resposta emergencial, incluindo o financiamento humanitário, aproveite melhor esses sistemas daqui para a frente.

Agora vejamos as perspectivas para 2030. Uma constatação importante é que a fome e a pobreza extrema estão se concentrando em poucos países: países de baixa renda, frágeis e altamente endividados. Vocês podem ver na figura, nas barras de baixo, a população mundial. Ela não mudou muito: a participação da população em países de baixa renda, renda média-baixa, renda média-alta e alta renda não mudou muito nos últimos dez anos. Mas, se olharmos a participação dos extremamente

pobres, houve um aumento notável: eles estão cada vez mais concentrados nos países da faixa de renda mais baixa.

Isso tem consequências. Essa concentração ocorre sobretudo na África Subsaariana, que hoje concentra 7 em cada 10 extremamente pobres. Em termos absolutos, ela agora tem mais pessoas com fome do que a Ásia, algo que aconteceu pela primeira vez em 2025. E projeta-se que os países mais pobres terão uma parcela cada vez maior dos extremamente pobres. Segundo as projeções do Banco Mundial, até 2030, cerca de 60% da população em pobreza extrema deverá viver em contextos de fragilidade, conflito e violência.

Isso se reflete também em outro padrão: as lacunas de cobertura na chamada cesta de políticas da Aliança são maiores justamente onde as necessidades são maiores e onde o espaço fiscal dos países para enfrentá-las é menor. Esta figura traz os números da alimentação escolar, mas isso se repete em todos os capítulos. Há capítulos sobre apoio à agricultura familiar, proteção social, transferências de renda, alimentação escolar e programas de nutrição infantil, e em todos eles as diferentes agências trazem um quadro semelhante: a menor cobertura justamente onde as necessidades são maiores.

Isso significa que o que funcionou nas últimas décadas para reduzir a pobreza é muito mais difícil de repetir nesses países, porque lhes faltam os meios. E não ajuda que a dívida esteja em alta e a ajuda em queda. 40% dos extremamente pobres do mundo estão nas 26 economias de renda mais baixa, que estavam mais endividadas do que em qualquer momento desde 2006.

Assim, o relatório propõe que este último trecho da luta contra a fome e a pobreza exigirá algumas mudanças, se a comunidade internacional quiser vencer esta corrida. Primeiro, a nossa compreensão — que ainda não está bem consolidada no mundo — de como financiar soluções estruturais e em larga escala, de forma confiável, em contextos frágeis e altamente endividados: como combinar doações com empréstimos concessionais e com a resposta humanitária; como lidar com a situação de endividamento para que esses países possam investir em sua própria população.

Isso também leva a uma abordagem de resposta a crises — num momento em que as necessidades humanitárias crescem cada vez mais — que construa resiliência estrutural duradoura. Isso torna o gasto humanitário mais eficaz, se ele puder fluir por esses sistemas e, eventualmente, ser transferido à apropriação e sustentabilidade nacionais.

E, por fim, uma determinação muito mais generosa de não deixar ninguém para trás. Essa é uma frase comum. Mas, se quisermos levá-la a sério — mesmo com a ajuda em queda e com todos falando de autossuficiência dos países —, essa ajuda não pode despencar de uma vez. É preciso uma transição consistente para ajudar esses países a terem capacidade de investir em sua própria população: concentrando a ajuda existente nesses países, mas também, esperamos, revertendo essa queda.

Os recursos para isso existem no mundo. Aqui o relatório fez algumas comparações. O fato de a pobreza se concentrar em poucos países também significa que, em termos globais, os recursos para acabar com a fome e a pobreza nesses lugares não são tão grandes. Há algumas comparações aqui: os gastos militares mundiais comparados, por exemplo, ao custo anual de alcançar o piso de proteção social proposto pela OIT nos países de baixa renda; ou apenas o aumento dos gastos militares mundiais de 2024 para 2025 comparado a uma medida teórica de simplesmente complementar a renda de todos

abaixo da linha de pobreza até alcançá-la, o que custaria cerca de 311 bilhões por ano em paridade de poder de compra, ou seja, 0,17% do PIB mundial [trecho parcialmente truncado na transcrição].

Isso não é um comentário sobre a política de defesa de ninguém, mas apenas para dizer que, quando há urgência, quando há necessidade, os recursos podem ser encontrados. Se forem encontrados — e quando forem —, esperamos encontrar uma forma de usá-los melhor e não repetir os erros do passado.

A Aliança foi lançada em 2024 para tentar reduzir a fragmentação e alinhar o apoio por trás dos programas e da apropriação pelos países. Temos trabalhado plenamente nisso no último ano, desde que o Mecanismo de Apoio foi estabelecido — e até antes, na implementação acelerada (*fast track*) conduzida pela equipe de transição no Brasil. Entramos nesse processo que parte, basicamente, da demanda do país: facilitamos o processo em que o país define seu plano de implementação, suas necessidades e suas solicitações.

Nas etapas dois e três, os parceiros da Aliança são associados a esse plano. Eles se apresentam e manifestam interesse em apoiar o plano, em vez da forma habitual de fazer negócios, em que os países têm de apresentar manifestações de interesse em chamadas de projetos. Estamos fazendo o contrário. Os interessados negociam e acordam um roteiro de implementação, que é o plano somado ao que cada parceiro fará por ele. Isso permite uma implementação bem alinhada. Assim, cada dólar gera mais valor para os parceiros, o trabalho dos países fica mais fácil e promove-se uma melhor apropriação nacional.

Isso exige muito esforço. Estamos tentando fazer isso já em alguns países, mas esse trabalho de coordenação e alinhamento entre países, às vezes entre ministérios e parceiros, precisa ser visto como um investimento em si. Não é um subproduto espontâneo. Tem de ser feito intencionalmente, porque é fácil pedir coordenação, mas, para fazê-la, é preciso muito trabalho de coordenação. [Pausa para avançar o slide.]

Aqui, não vou nomear os países, mas este é um breve retrato das etapas — do slide anterior — em que temos uma carteira de países trabalhando em diferentes estágios. Vou trazer alguns desses casos só para destacar os primeiros resultados do alinhamento. Na Etiópia, estamos perto de planejar o lançamento do roteiro de implementação. Ao fim desse processo, 40 membros alinharam seus compromissos, incluindo US$ 100 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento em financiamento para a produção pecuária ao longo das cadeias de valor; FAO, FIDA e Banco Mundial estão todos alinhados por trás desse plano, e uma forte liderança do governo ajudou muito.

O Quênia também está se aproximando desse momento, e há uma combinação de cooperação Sul-Sul e intercâmbio de conhecimento — com a experiência brasileira e a experiência indiana — para que o Quênia possa ampliar um programa de levar água às escolas nas regiões áridas. No Haiti, bancos multilaterais de desenvolvimento e agências governamentais estão superando algumas divergências antigas e se alinhando por trás de uma política nacional de proteção social que vai unificar e sustentar a entrega daqui para a frente.

Trago também o exemplo de Cuba, que ainda está um pouco atrás, na fase de chamada de manifestações de interesse. Isso é muito recente. Já recebemos, para os dois planos de Cuba, 120 ofertas de apoio direcionadas de 16 membros da Aliança. Isso mostra que está funcionando.

Há, claro, alguns elementos que precisam estar mais presentes. Para que esse alinhamento funcione, precisamos combinar ofertas de conhecimento com financiamento catalítico, inicial e flexível. Isso é

mais difícil de conseguir, mas é transformador. Se pudermos encontrar essas ofertas com mais consistência, o país pode testar a entrega, construir capacidade antes de ampliar a escala e ter certeza de que pode aportar seus próprios recursos. Isso é muito, muito útil.

Ter um parceiro âncora — como as grandes agências técnicas ou os bancos multilaterais — presente desde o início, ajudando na facilitação e no desenho do plano, aumentou as chances de o processo avançar. O envolvimento precoce dos ministérios da Fazenda e do gabinete da Presidência distribui e aprofunda a apropriação no país, e também é essencial para que um processo como esse tenha sucesso. E, de fato, a disposição de todos para combinar recursos é fundamental.

Todas essas lições às vezes estão acontecendo, às vezes não, nesses diferentes processos. Tentamos colocá-las em dia. E há um marco emergente de financiamento colaborativo contra a fome e a pobreza sendo elaborado por um grupo inicial de voluntários-chave. Ele foi anunciado em Bangkok, nas Reuniões Anuais, e o Conselho de Campeões aprovou a continuidade desse exercício, para tentar dar mais estrutura a ele.

Resumindo em quatro frases o que o relatório nos diz: a fome e a pobreza estão se concentrando onde o progresso é mais difícil e, portanto, fazer o de sempre não nos levará até o fim deste último trecho. O alinhamento por trás de programas liderados pelos países é possível, já começou e pode ser feito cada vez mais. E, claro, a nossa equipe, o Mecanismo de Apoio, não tem capacidade de mover as coisas sozinha. Estamos apenas tentando ligar os pontos, dar uma faísca; a capacidade real e a ação real precisam vir dos membros da Aliança. Então, o que acontece daqui em diante depende das escolhas que cada membro fizer.

Eis o que o relatório recomenda a alguns dos membros:

- **Governos implementadores:** garantir seus programas nos orçamentos nacionais e trazer cedo os ministérios da Fazenda para o diálogo com os bancos de desenvolvimento.
- **Bancos de desenvolvimento:** basear-se nesses planos e pactos nacionais e incorporá-los à sua programação por país, aproveitando as grandes reposições de recursos, como a IDA22, entre outras.
- **Doadores bilaterais:** concentrar as doações em transferência de conhecimento e provas de conceito.
- **Agências técnicas:** coordenar suas diferentes ofertas em torno desses planos nacionais, priorizando a cooperação Sul-Sul.
- **Financiadores humanitários e climáticos:** procurar alinhar e canalizar seu apoio por meio dos sistemas nacionais, como vimos.
- **Todos:** priorizar explicitamente os países de renda mais baixa, frágeis e altamente endividados.

Restam quatro anos até 2030. Está claro que o mundo sabe como reduzir a fome e a pobreza extrema, e que os governos já estão fazendo isso com seus próprios recursos. Mas as pessoas ainda deixadas para trás estão concentradas em países onde os recursos necessários são grandes para eles, mas não tão grandes para o mundo.

Então, paro por aqui perguntando — e vamos ouvir o painel —, e talvez, se pudermos sonhar, ministro Wellington: o que poderia ser alcançado se ao menos uma pequena parcela dos recursos e da expertise

globais estivesse plenamente alinhada por trás de programas baseados em evidências, onde eles são mais necessários? Devolvo a palavra à minha colega Emilie Chazelle para moderar o painel.

Painel de discussão (parte 1)

Emilie Chazelle (moderadora)

Obrigada, Renato. Ouvimos o que as evidências nos dizem. Agora vamos falar sobre o que de fato queremos fazer a respeito. Para isso, temos quatro perspectivas diferentes, à mesa e on-line, e vou fazer uma pergunta a cada um dos painelistas.

Começamos o painel com Máximo Torero, economista-chefe da FAO e campeão da Aliança Global. Máximo, comecemos pelo quadro geral. O relatório mostra que a fome global volta a cair, mas, nas tendências atuais, mais de 500 milhões de pessoas ainda passarão fome em 2030, cada vez mais em países de baixa renda, altamente endividados e frágeis. O relatório também pede que as agências técnicas coordenem seu apoio em torno dos planos nacionais, em vez de desenvolver carteiras institucionais separadas. O que essas evidências nos dizem para fazer de diferente nesses países nos próximos quatro anos, para acelerar o progresso e evitar que os ganhos recentes sejam revertidos? E o que a própria FAO precisaria fazer de diferente para que isso aconteça? Com você.

Máximo Torero (economista-chefe da FAO)

Muito obrigado, Excelência Janja Lula da Silva e sr. Wellington Dias. Muito obrigado pelo convite e parabéns ao Brasil e ao mundo pelo que aconteceu.

Deixem-me começar dizendo que o que os números nos mostram, em primeiro lugar, é que temos progresso, mas estamos longe do que precisamos alcançar. E é aí que a Aliança tem um papel crucial. Quando ela começou, há mais de dois anos, para a FAO estava claro que tínhamos de fazer parte dela e trabalhar com vocês para acelerar esse processo. Porque é disso que precisamos: compromisso político e ação, para poder acelerar.

Termos hoje 645 milhões de pessoas com fome está muito longe do que precisamos. Isso precisa mudar. E já mostramos que pode mudar. Há países que vêm progredindo e países que conseguem sair do Mapa da Fome — o Brasil, a República Dominicana neste ano, e muitos outros que estão muito perto disso. Precisamos continuar acelerando. Mas há muitos que estão muito longe, e esse é o grande desafio. É aí que precisamos promover uma transformação e também ampliar o conceito para o acesso a dietas saudáveis, que é tão importante, porque assim enfrentamos a dupla carga: não apenas a fome, mas também o sobrepeso e a obesidade.

A segunda coisa que os dados nos mostram é que há muita desigualdade no progresso. Precisamos aprender com isso e ver como lidar com essa desigualdade, com essas diferenças entre países, e adaptar o que fazemos para resolvê-las, porque nem todos os países são iguais.

E, como dizia o sr. Wellington Dias, o conflito se tornou um grande motor da fome no mundo, especialmente nos países que hoje estão em crise alimentar. Também o clima. O clima fica a cada dia mais complicado: a intensidade e a frequência dos eventos climáticos vão agravar o desafio, e isso nós sabemos. A outra variável é a econômica: a capacidade financeira e o estresse da dívida que muitos

países vivem. Isso impõe uma enorme restrição para que reajam e façam o que gostariam de fazer, mas não têm dinheiro, porque estão pagando montantes significativos em serviço da dívida.

Seus orçamentos estão completamente restritos. Estão em estresse orçamentário, então não conseguem crédito no mundo. É impossível para eles. Não conseguem dívida privada; o dinheiro dos bancos será muito caro. E não recebem apoio porque estão em estresse de dívida. Esses três desafios são cruciais. Em alguns deles podemos fazer algo; outros são mais difíceis, e é aí que a resiliência tem um papel.

Nesse contexto, vou seguir alguns elementos que acho que precisamos reunir e acelerar. Primeiro, há claramente pelo menos dois tipos de países que precisamos enfrentar. Os que estão perto de sair da fome e da pobreza: ali precisamos empurrar. É algo mais político, de tentar convencer os governos a entrarem na corrida e garantir que isso aconteça. Não deveríamos investir neles os recursos limitados que temos, mas precisamos criar um movimento para que isso aconteça, porque precisamos que esses países movam a linha de forma permanente.

Os países em profunda dificuldade são mais difíceis de enfrentar. É aí que precisamos priorizar: os países frágeis, os afetados por conflitos. O que podemos fazer com eles, sob a liderança dos próprios países, porque essa tem de ser uma mudança dos países. Ontem eu estava numa reunião na Noruega, e alguém de um país africano disse: "agora que a AOD está caindo, o que podemos fazer? Como podemos aumentar a AOD de novo?". Não acho que essa seja a visão que a África quer ter de si mesma. A visão da África é: precisamos mudar.

Então, o importante aqui é como podemos ajudá-los a liderar essa transformação, a usar seus escassos recursos da forma ótima, para acelerar o processo de saída da fome. E isso exige trabalho técnico. Essa é a beleza da Aliança: ela traz o conhecimento técnico do que sabemos que funcionou e tenta mapeá-lo com os países, sob sua liderança, para trazer o financiamento para isso.

E aqui precisamos de ação clara. Precisamos que o compromisso político continue no nível mais alto, porque precisamos eliminar a falha de coordenação que temos. Não podemos mais aceitar que instituições financeiras e doadores façam cada um o que acham ser o correto. Há planos dos países, liderados pelos países. Há planos desenhados, roteiros. Precisamos atrair investimento. Fico muito feliz que estejamos começando a ver essa mudança. Mas essa mudança precisa acontecer, e tem de acontecer por meio do compromisso político. Isso foi assinado por muitos países-membros que têm assento nos conselhos de todas as instituições financeiras. Eles precisam reagir, porque precisamos alinhar o financiamento. Fizemos um pequeno progresso, mas ele está longe do que deveria ser para alcançarmos a meta que queremos.

Isso será crucial porque nos permitirá passar de projetos fragmentados a sistemas nacionais integrados. Precisamos ajudar esses países a sair. E o que sabemos é que, criando empregos — bons empregos — e desenvolvendo o setor rural, reduziremos os conflitos. Esse é o caminho. Em qualquer país, em qualquer região do mundo — no Haiti, na África, no Sudão, no Sudão do Sul, em qualquer país do mundo —, se conseguirmos criar empregos e melhorar a qualidade de vida das pessoas, o conflito diminuirá por si só.

Não deveríamos olhar o conflito como a causa de onde estamos. Deveríamos olhar o que fazemos para reduzir a fome e a pobreza como o caminho para sair do conflito. Essa é a única forma, e para isso precisamos de uma abordagem integrada, capaz de criar um sistema resiliente — porque queremos que

essas pessoas saiam da fome de forma permanente, não temporária —, um sistema que reaja criando empregos para que possamos sair do conflito.

E, de novo, o financiamento é central para isso. Há muitas fontes de financiamento: dos governos, bilaterais, da AOD, dos bancos multilaterais de desenvolvimento, das instituições financeiras internacionais, e assim por diante. Mas vemos muita fragmentação — é o que eu dizia sobre a falha de coordenação. Essa fragmentação precisa ser exposta. Precisamos criar plataformas. O próximo G20, no Reino Unido, é, creio, uma oportunidade, Excelência Janja, para impulsionar esse acompanhamento de como o financiamento está sendo usado. Porque precisamos de prestação de contas: bancos e doadores precisam responder pelo que está e pelo que não está sendo feito.

Precisamos ir além do financiamento de curto prazo e fragmentado, rumo a um financiamento integrado que responda a isso. A Aliança é um impulso catalítico para fazer isso avançar, e precisamos aproveitá-la. Se formos capazes de criar esse movimento, ser transparentes, gerar resultados, mostrar ao mundo onde há progresso, quais países estão progredindo, onde não estamos progredindo, o que pode ser feito e como o financiamento está operando, de forma pública e transparente, poderíamos conquistar muito.

Não acho que seja uma questão de mais dinheiro. Temos muito dinheiro no mundo. É apenas uma questão de redistribuir e usar o dinheiro adequadamente, para evitar duplicações e ineficiências, e de evitar que o dinheiro seja guiado por indivíduos e não pelo que os países precisam. Então, é muito importante que impulsionemos e aceleremos esse processo para alcançar a meta que queremos. Obrigado.

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, Máximo. Se o problema está cada vez mais concentrado em lugares onde o espaço fiscal é mais apertado, então, como você disse, o financiamento se torna absolutamente central — o que me leva à próxima palestrante, Iffath Sharif, justamente sobre esse ponto. Iffath é diretora global de Proteção Social do Banco Mundial e também campeã da Aliança Global.

Iffath, o relatório recomenda que os planos liderados pelos países no âmbito da Aliança sejam a base comum para ampliar o financiamento de diversas fontes, e que os bancos multilaterais de desenvolvimento se baseiem nesses planos para sua própria programação por país, inclusive para o próximo grande ciclo de financiamento concessional, como a IDA22. Você concorda com essas recomendações? E o que teria de acontecer no Banco e nos países, nos ministérios da Fazenda, para que esses programas estejam bem refletidos nos ciclos de financiamento que começam em 2028? Com você.

Iffath Sharif (diretora global de Proteção Social, Banco Mundial)

Obrigada, obrigada. É um verdadeiro prazer estar aqui, Excelência, colegas na sala e on-line. Antes de tudo, estou totalmente alinhada com a visão que acabamos de ouvir do economista-chefe. Então, minha resposta curta à sua pergunta é: concordo plenamente. Mas deixe-me focar no que seria necessário.

O que ouvimos foi o foco e a importância da ação liderada pelos países, e é exatamente isso que o relatório nos diz. Mas o que eu gostaria de apresentar hoje são três mensagens que levo daqui: elevar a ambição, por causa da escala da necessidade; alinhar o financiamento — e a questão do "como" é muito

importante; e a ênfase no problema que estamos tentando resolver, ou seja, o foco no resultado. Deixe-me detalhar.

Claramente, como diz o relatório, mais de 800 milhões de pessoas ainda vivem em pobreza extrema, mas também sabemos, pelas nossas próprias pesquisas, que um número semelhante de pessoas está a um choque de cair na pobreza. Então, a escala da necessidade não é só esse número absoluto; é também a vulnerabilidade de milhões de pessoas, que poderia de fato apagar esses ganhos tão duramente conquistados. E sabemos, pela nossa própria análise, que cerca de 1,6 bilhão de pessoas em países de baixa e média renda não têm acesso a nenhuma forma de proteção social. E, de novo, os países onde a necessidade é maior são os que o relatório aponta. Então, é preciso um foco consistente nesse conjunto crítico de países.

E não se trata apenas da lacuna de cobertura. Como muitos colegas disseram, é uma oportunidade perdida de investir nas pessoas. Se isso for bem feito, dá para tirar pessoas da pobreza para empregos melhores, construir resiliência e realmente dar às pessoas uma chance na vida. Acho que é isso que deveria nos motivar a todos. E ouvimos do ministro Dias, de forma muito eloquente, o impacto que se pode ter na vida de milhões de pessoas quando se acerta.

É por isso que o Grupo Banco Mundial e a Aliança Global se comprometeram a alcançar 500 milhões de pessoas com proteção social e apoio ao emprego até 2030, no lançamento, há dois anos. E, como meu colega Renato mencionou, por um lado tenho o prazer de informar que chegamos à metade do caminho: alcançamos 259 milhões de pessoas com apoio, e mais da metade delas são mulheres e meninas — em relação ao seu ponto sobre a importância do gênero. Também alcançamos 70 milhões de pessoas em países frágeis e afetados por conflitos. São os países com os níveis mais profundos e persistentes de pobreza extrema.

Mas sabemos — de novo, ouvimos do Renato — que o El Niño está chegando, com sua escala de impacto. Já temos milhões sob pressão do aumento de preços que muitos países enfrentam. E, no nosso próprio acompanhamento das políticas sociais entre países, vemos que os países não conseguem responder. Vemos isso, e isso me leva ao próximo ponto, o financiamento.

Alinhar o financiamento, como ouvimos, é fundamental. Mas a pergunta muitas vezes é: como? Sim, ele é fragmentado. Como fazemos isso? E é aqui que fico muito feliz por termos conseguido trabalhar com a Aliança Global no Portal de Cofinanciamento de Proteção Social, desenvolvido com a Aliança e lançado no mês passado nas Reuniões Anuais do Banco Mundial e do FMI [a transcrição menciona aqui o BID, de forma pouco clara]. Essa plataforma colaborativa de cofinanciamento, hospedada pelo Banco Mundial, já mobilizou US$ 31 bilhões em 10 bancos multilaterais de desenvolvimento até agora [trecho seguinte pouco claro]. É a primeira vez que temos uma plataforma para reunir o financiamento de proteção social de forma coordenada. Então, acho que é um enorme passo adiante para todos nós e uma oportunidade de alinhar o financiamento fragmentado que vemos por aí.

Temos o prazer de informar que seis países já nos procuraram e seus planos estão avançando: Moçambique, Ruanda, Zâmbia, Libéria, Haiti e Somália. De novo, são prioridades apropriadas pelos países, planos liderados pelos países, e o portal ajuda a alinhar o apoio externo por trás deles. Os planos hoje têm diferentes graus de maturidade, então a tarefa à frente é fazê-los avançar, e esperamos que a carteira de outros países cresça. Para nós, este é um enorme próximo passo.

E é aqui que está a diferença: o portal está aberto a todos os parceiros. É a primeira vez que conseguimos chegar não apenas aos bancos multilaterais, mas também a parceiros bilaterais, filantropias e outros que podem aderir. É realmente uma oportunidade de reunir todos os interessados neste esforço comum, e estamos abertos a convidar todos para esse novo tipo de parceria.

Isso me leva ao terceiro ponto: um foco absoluto no resultado. Como mencionamos nas Reuniões de Primavera, esse marco de financiamento era só uma ideia há seis meses, mas agora está tomando forma e nos permitindo trabalhar juntos para destravar financiamento. Se pudermos agora dar o próximo passo de nos alinharmos em torno de um único resultado... A cesta de políticas da Aliança Global e a metodologia que usamos para medir a meta de 500 milhões em proteção social têm indicadores comuns. Se conseguirmos nos alinhar, poderemos mostrar coletivamente a cobertura que alcançamos juntos.

Na verdade, meu convite seria: por que parar em 500 milhões? Por que não chegarmos juntos a um bilhão? Então, esse é o meu convite, o meu pedido e a minha solicitação a todos vocês: vamos nos unir e elevar a ambição para um bilhão, se pudermos. Porque sabemos quais soluções funcionam. Sabemos como levá-las à escala. Sabemos quais sistemas construir. É realmente uma questão de nos unirmos. E, sim, ainda podemos vencer a corrida. Com isso, agradeço pela oportunidade.

Painel de discussão (parte 2)

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, Iffath. Passemos do lado multilateral para uma perspectiva mais regional. Vou passar a palavra a Ferdinando Regalia, que está conosco on-line. É bom tê-lo conosco, ainda que remotamente. Ferdinando é gerente do Setor Social e campeão da Aliança Global no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A América Latina avançou na construção de sistemas de proteção social, mas as restrições fiscais e a fragmentação dos programas continuam limitando sua escala e seu impacto. O BID aprovou cerca de 10 bilhões dos 25 bilhões que havia prometido para a Aliança, e o relatório recomenda que os bancos de desenvolvimento partam dos planos liderados pelos países em sua programação e combinem seu financiamento com o de outros parceiros em torno de um único plano. O que o BID aprendeu trabalhando nesses planos? E qual é a única mudança que governos e bancos de desenvolvimento deveriam fazer em 2027 para transformar programas bem-sucedidos em sistemas nacionais integrados, capazes de entregar em escala? Com você, Ferdinando.

Ferdinando Regalia (gerente do Setor Social, BID)

Obrigado, muito obrigado, e desculpem por não estar aí. Obrigado a Sua Excelência, a sra. Janja da Silva, e a Sua Excelência, o sr. Dias.

O relatório mostra, pelo menos para a América Latina e o Caribe, histórias muito boas: uma boa queda no percentual de pessoas que passam fome, e a pobreza extrema abaixo de 5%. Ainda assim, isso representa 32 milhões de pessoas que ainda passam fome e um número semelhante vivendo em pobreza extrema. Esses números contam duas histórias: temos bons avanços, mas ainda restam desafios importantes para cumprir as metas de 2030. E concordo totalmente com o que diz Máximo Torero.

Estou numa região onde o último empurrão é necessário, e o senso de urgência a que o ministro Dias aludiu é muito, muito importante.

Então, deixem-me compartilhar com vocês, humildemente, duas lições.

Primeiro, acho que precisamos dar ênfase à ampliação de programas, o que exige investir em sistemas. Nossa região tem um histórico sólido de desenvolvimento e ampliação de programas inovadores de proteção social, do Brasil ao México, da Colômbia à República Dominicana, na maioria dos países da região. Para entregar esses programas em escala, os governos tiveram de investir nos sistemas por trás deles. Isso, acho, é realmente fundamental para a escala de impacto que queremos alcançar. Isso significa cadastro social, sistemas de informação interoperáveis, sistemas de pagamento digital, focalização, monitoramento e avaliação. E essas bases também permitem que os governos coordenem serviços sociais e iniciativas de inclusão econômica para domicílios vulneráveis, como o relatório a que Renato aludiu.

O Brasil oferece, por exemplo, uma excelente referência. Transformou o Cadastro Único num instrumento poderoso para identificar domicílios de baixa renda e conectá-los a programas de proteção social e inclusão econômica, como o Acredita no Primeiro Passo. Então, a primeira lição para os membros da Aliança é que precisamos apoiar as bases que permitiram aos países e aos programas por eles liderados entregar em escala.

E, como Renato mencionou em sua apresentação, estamos trabalhando em conjunto com o Mecanismo de Apoio, o Banco Mundial, o PMA e o governo do Brasil para desenvolver um plano ambicioso para o Haiti, o país mais vulnerável do nosso hemisfério. O plano é expandir o programa nacional de transferência de renda sob um único desenho. Ele já foi validado tecnicamente e será lançado para mobilizar parceiros de financiamento no fim deste ano.

Mas os planos também precisam de financiamento capaz de sustentar a entrega. E aí concordo com Máximo e com Iffath: precisamos avançar com uma escala maior de ambição. Precisamos oferecer soluções de financiamento mais integradas para o investimento na redução da fome e da pobreza. A geografia importa: a América Latina é muito diferente da Ásia. Mas, em todas essas regiões, os países enfrentam escolhas fiscais difíceis. Investimentos em proteção social, nutrição, saúde e educação competem com outras demandas urgentes por recursos públicos limitados. Então, precisamos pensar em soluções de financiamento e incentivar os ministros da Fazenda a priorizar esse investimento, combinando recursos domésticos e externos.

E, num momento em que, como o relatório realmente enfatiza, os recursos concessionais estão ficando mais escassos, acho que há uma grande cobrança sobre bancos multilaterais, agências da ONU, doadores bilaterais e filantropia: como podemos ajudar os países a apoiar soluções de financiamento menos fragmentadas? Deixem-me dar três exemplos.

Primeiro — e é o que o BID está buscando —, promover financiamento combinado (*blended*) e com incentivos, combinando empréstimos, doações e outras fontes de financiamento concessional, majoritariamente dentro do orçamento. Nossa experiência na América Central, por exemplo, mostra o quão poderosos são esses mecanismos. No BID, estamos desenvolvendo com o Programa Mundial de Alimentos um mecanismo de financiamento combinado em resposta ao Chamado à Ação da Aliança Global. O primeiro projeto será aprovado em 2027.

Segundo, ampliar soluções de financiamento sustentável onde for possível. Por exemplo, na minha região, temos países de renda média, alguns deles altamente endividados, e usamos instrumentos de mercado, incluindo conversão de dívida. Neste ano, por exemplo, o BID aprovou duas garantias realmente pioneiras: a primeira, para um título vinculado à sustentabilidade (*sustainability-linked bond*) para nutrição no Equador; e a primeira troca de dívida por saúde (*debt-for-health swap*) respaldada por garantia de quatro bancos multilaterais — falando em como coordenar esse financiamento.

E terceiro — e quero concluir com isto —, precisamos coordenar melhor o cofinanciamento em torno de planos liderados pelos países. Investimentos fragmentados criam prioridades concorrentes para os governos. Máximo tem toda a razão. Por isso, nos últimos dois anos, o BID consolidou acordos de cofinanciamento e operacionais com outros bancos e com agências da ONU, e estamos comprometidos a trabalhar com eles. É também por isso que estamos trabalhando com a Aliança Global para desenvolver o marco de financiamento colaborativo.

Então, para concluir, minha mensagem é relativamente simples: ajudar os países — esse é o nosso objetivo — a acessar pacotes de financiamento maiores, mais bem coordenados e mais eficazes, alinhados com suas próprias prioridades e seus próprios sistemas, para acelerar resultados. Mesmo numa região como a nossa, relativamente em melhor situação do que outras, ainda temos milhões de pessoas que sofrem com a fome e a pobreza extrema. Muito obrigado, e devolvo a palavra.

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, Ferdinando. Vamos ao último palestrante do nosso painel. Está conosco on-line Ashu Handa, economista-chefe e diretor de Política Social do UNICEF.

Ashu, o relatório faz um argumento marcante: toda resposta a crises deveria deixar um sistema mais forte, e os parceiros humanitários e técnicos deveriam entregar por meio de cadastros nacionais e sistemas de pagamento, sempre que isso funcionar. Você concorda com essas recomendações? E o que impede que isso se torne a norma em contextos frágeis e afetados por conflitos? Com você.

Ashu Handa (economista-chefe e diretor de Política Social, UNICEF)

Muito obrigado, e obrigado por me receberem no painel. Mais uma vez, parabéns à Aliança Global e, claro, ao Brasil e à Espanha pela enorme liderança neste processo, e parabéns à equipe por trás do excelente relatório. O UNICEF tem orgulho de ter sido membro fundador da Aliança e parceiro de implementação na Iniciativa *Fast Track*.

Quanto à sua pergunta, concordo sinceramente com a recomendação. Eu iria até um pouco além e faria três pontos.

O primeiro, que ouvimos tanto na apresentação quanto dos palestrantes, é que a última milha até 2030 passa pelos contextos frágeis. Há dez anos, menos de um quarto dos extremamente pobres do mundo vivia em países de baixa renda. Hoje são 44%. E, até 2030, cerca de 60% viverão em lugares afetados por fragilidade, conflito e violência. E vale notar que as crianças são as mais atingidas: são 30% da população mundial, mas mais da metade dos extremamente pobres.

O que quero destacar aqui é que a fragilidade, em si, não significa que estamos começando do zero em termos de sistemas. Mesmo nos lugares mais difíceis, há programas, há cadastros, há sistemas e, sobretudo, há servidores públicos sobre os quais construir. Se continuarmos com essas operações

paralelas, continuaremos respondendo às mesmas crises nos mesmos lugares por meio de respostas emergenciais de curto prazo.

Em vez disso, acho que deveríamos pensar que resposta rápida e construção de sistemas não são uma escolha. É um pouco uma falsa dicotomia: podemos fazer as duas coisas, e estamos fazendo as duas coisas. E aqui, Emilie, quero voltar um pouco na história, quase 20 anos atrás, ao caso da Etiópia. A Etiópia tinha fomes e secas crônicas e, a cada ano, havia apelos emergenciais. Até que os parceiros de desenvolvimento e o próprio governo se uniram e criaram, em 2005, o Programa de Rede de Segurança Produtiva (*Productive Safety Net Program*), hoje um dos programas mais conhecidos. É o segundo maior programa do continente africano, alcançando cerca de 9 milhões de pessoas. Esse programa nasceu exatamente dessa urgência: não podemos continuar respondendo às crises de forma isolada, com iniciativas pontuais.

Atualmente, vemos várias abordagens promissoras no continente africano. Quero mencionar algumas. O projeto do Sahel, em que UNICEF e PMA, com financiamento alemão, trabalham com os governos a partir de onde eles estão. Construímos cadastros sociais nacionais onde os sistemas do governo podem dar suporte e repassamos recursos por meio desses sistemas. Onde não podem, trabalhamos para construir os sistemas, mas fornecemos financiamento paralelo. Nesse projeto, a Mauritânia é um caso de sucesso: toda a resposta ao período de escassez (*lean season*) agora passa pelos canais do governo. Na Somália, como vocês sabem, temos o programa de rede de segurança que alcança 4 milhões de pessoas. No Sudão, temos o programa *cash plus* para mães e crianças, que, apesar do conflito, sobreviveu e agora chega a ainda mais estados, de dois para cinco. Então, em todos os contextos de fragilidade, conflito e violência, vemos exemplos promissores do uso de sistemas para oferecer apoio.

A pergunta, então, é: o que impede que isso seja a norma? Obviamente, a primeira coisa é a pressão por visibilidade e por mostrar impactos de curto prazo. E há uma segunda questão muito real, que é o risco fiduciário. Acho que não devemos fugir disso: são questões reais. Por isso, dizemos que construímos sistemas onde eles ainda não estão à altura. Podemos trabalhar em paralelo, mas sempre buscando ver como nosso trabalho fortalece os sistemas e leva a uma eventual transferência. Acho que essa é a chave nessas áreas.

Um começo promissor, que já experimentamos, é começar pequeno. Nenhum sistema nacional foi construído da noite para o dia. Então, comece pequeno — grupos vulneráveis específicos, em áreas específicas, como crianças pequenas e pessoas com deficiência —, aprenda com isso e depois expanda aos poucos.

E talvez o terceiro ponto seja que o dinheiro não está seguindo os pobres. Sim, a ajuda caiu 23% no ano passado. Mas, mesmo antes disso, menos de 4% dessa ajuda ia para contextos frágeis — que é onde, como vimos repetidamente na apresentação de hoje, estão concentrados os ultrapobres, os extremamente pobres.

Aqui quero mencionar uma oportunidade em particular: a dos fundos de financiamento climático. O relatório afirma que 15 dos 25 países mais vulneráveis ao clima são frágeis, e no entanto apenas 186 milhões dos US$ 22 bilhões em financiamento para adaptação vão para a proteção social. Então, enquanto falamos de queda da ajuda e de orçamentos mais apertados, há de fato uma oportunidade de aproveitar os fundos climáticos para enfrentar as questões que nos preocupam. Em essência, o que estou dizendo é que os fundos climáticos precisam tratar a proteção social como uma ferramenta de

adaptação de linha de frente e trabalhar com parceiros comprometidos com o fortalecimento de sistemas.

Quanto aos orçamentos nacionais e ao espaço fiscal, como ouvimos dos outros painelistas, o grande ciclo de financiamento rumo a 2028 está começando agora. Precisamos urgentemente incluir esses custos e planos. E, em particular — e aqui aprecio o que Ferdinando explicou sobre os diferentes instrumentos financeiros —, precisamos realmente encontrar formas inovadoras de ajudar os países mais pobres a reduzir sua dependência de empréstimos para financiar seus objetivos de desenvolvimento.

Para encerrar, o relatório diz que toda resposta a crises deveria deixar um sistema para trás. E, no UNICEF, nossa intenção é que todo sistema esteja implantado antes da próxima crise. Muito obrigado pelo tempo.

Encerramento

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, Ashu. Cobrimos muitos temas, partindo da convicção de que as pessoas não deveriam ter de viver com fome e pobreza extrema. E essa convicção esteve realmente no coração da liderança do Brasil na criação da Aliança Global. Isso nos leva, muito naturalmente, à nossa última oradora. É uma honra especial receber Sua Excelência Janja Lula da Silva, Campeã Especial da Boa Vontade da FAO contra a Fome e primeira-dama do Brasil. Excelência, estamos muito felizes em tê-la conosco. A palavra é sua.

Janja Lula da Silva (primeira-dama do Brasil e Campeã Especial da Boa Vontade da FAO contra a Fome)

Boa tarde, boa tarde a todos, meus colegas aqui da mesa. Talvez eu imite um pouco o meu marido, o presidente Lula, né? Porque ele sempre traz um discurso por escrito e acaba falando com o coração. E hoje eu decidi falar com o coração, porque muito do que está aqui no meu papel já foi dito por todos os colegas da mesa, com certeza com ainda mais propriedade do que eu.

Então vou falar um pouco com o coração, porque eu vi — eu testemunhei — esta Aliança Global ser proposta pelo presidente Lula no G20 da Índia, e foi motivo de muito orgulho para mim. Um líder mundial, naquele momento, colocando na mesa dos líderes mundiais a questão da fome e da pobreza como prioridade. E ele fez isso porque essa sempre foi uma questão da vida dele.

Então, eu vivi aquele momento, e hoje estou aqui para celebrar dois anos, ministro, desta Aliança. Estou muito, muito feliz e realizada um pouquinho com cada um de vocês que trabalham aqui no dia a dia da Aliança. Sei que esses dois anos não foram um caminho fácil. Apesar de, na reunião do G20 no Brasil, termos tido uma grande adesão dos países, sabemos que esse compromisso acaba sendo um pouco relegado, e é preciso empurrar. Sabemos que precisamos estar no dia a dia: a equipe que trabalha na Aliança, o presidente Lula, a Espanha, o presidente Sánchez, sempre falando disso, porque são os dois líderes que estão à frente desta Aliança, os dois países que estão à frente da Aliança neste momento.

Então, tenho muito orgulho de estar aqui hoje, nestes dois anos. Sei que ainda temos muito a fazer até 2030, mas o que conseguimos construir — o entendimento da importância de apresentar planos

estruturantes, planos de governo, de os países apresentarem esses planos — é muito importante. Projetos locais e pontuais são importantes, mas a verdadeira transformação, que vai nos tirar deste cenário em que vivemos hoje, com 800 milhões de pessoas na pobreza e na insegurança alimentar, são de fato as políticas públicas estruturantes, as políticas de Estado. É nisso que eu acredito. Por isso falo sempre da importância disso nos meus discursos.

Temos alguns planos na mesa, como disse o Renato. Eu, pessoalmente, tive algumas conversas. Toda vez que venho aqui à FAO, procuro me reunir com os embaixadores dos países que apresentaram planos, para que possamos realmente transformar essas realidades. Fico muito feliz que as agências de financiamento — o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento — tenham esse entendimento de que, hoje, são os projetos estruturantes que vão realmente mudar a realidade dos países.

Conhecemos as dificuldades que vivemos na última década, com o avanço de governos que não compartilham conosco esse mesmo pensamento sobre a importância de trabalhar para que cada vez mais pessoas saiam dessa situação. Como disse o ministro, saímos agora de um momento eleitoral que foi muito, mas muito — talvez o momento eleitoral mais importante da história do Brasil —, no qual conseguimos superar o pensamento do retrocesso, do negacionismo, da concentração do capital financeiro a serviço do grande mercado. E conseguimos vencer essa eleição, que não foi fácil.

Lutamos contra o mercado, contra as big techs — e aqui posso nomear a Meta, que interferiu na nossa eleição, assim como interferiu em outras eleições. Então, saímos muito fortalecidos. Hoje, essa onda progressista que vemos nos governos — inclusive nos nossos queridos Estados Unidos —, essa onda que o Brasil vem trazendo para o mundo, aconteceu nos Estados Unidos, e esperamos que aconteça também na Espanha, aqui na Itália, na França, para que possamos voltar a ter um pouco de tranquilidade, para que organismos internacionais tão importantes como a FAO e outras organizações possam trabalhar sem ter uma faca apontada para o seu orçamento.

Então, foi muito importante para nós ter este momento no mundo, e precisamos aproveitá-lo — aproveitar este momento, esta onda progressista no mundo — para que possamos concretizar [transcrição: "sacrificar"; sentido provável: viabilizar] planos importantes para países que estão passando por tantas dificuldades.

Temos na mesa da Aliança o plano de Cuba. Não sabemos como vamos colocá-lo em prática, mas vamos ter que colocar. Cuba vive uma situação de urgência humanitária por causa de um bloqueio que já dura décadas. Precisamos urgentemente que este plano saia do papel. A Aliança está trabalhando nisso. Etiópia, Quênia, Haiti. A equipe técnica da Aliança já esteve no Haiti. Agora vai ao Quênia, e eu queria muito ir com a equipe técnica da Aliança ao Quênia. Não sei se vou conseguir, por causa da posse do presidente Lula em janeiro — todos já estão convidados para a posse; vai ser um momento muito importante.

E eu queria dizer que o compromisso do presidente Lula com a Aliança Global continua. Vocês sabem que, em todos os eventos internacionais, em todas as cúpulas, ele fala da Aliança Global, reafirma seu compromisso de combater a fome e a pobreza nos países menos desenvolvidos, e não será diferente neste G20. Renato, vamos reafirmar esse compromisso novamente: o presidente Lula estará no G20 falando disso. E não há nada que possa impedir isso. Não há mercado financeiro, não há big tech, ninguém pode impedir o presidente Lula de seguir o compromisso de vida dele, que é combater a fome

e a pobreza. E tenho muito orgulho de estar compartilhando esse caminho com ele neste momento da minha vida.

Então, mais uma vez, quero dizer que estou muito honrada e muito orgulhosa do que a Aliança Global conquistou até agora: estruturar-se, apresentar-se ao mundo, para que os países entendam o compromisso de vida que foi colocado pela Aliança Global. Quero parabenizar todos aqui que trabalham muito, aqui na FAO, minha colega, a embaixadora Carla, que está aqui nos ajudando — contribuindo, não gosto da palavra "ajudar" —, contribuindo para que isso realmente aconteça em todos os países. E vamos continuar.

Meu compromisso como [Campeã Especial da Boa Vontade] da FAO continua neste novo período de renovação do mandato do presidente Lula. Continuo ao lado dele, trabalhando enormemente, com muita vontade, para que possamos ter, até 2030, um Brasil e um mundo menos desiguais, um mundo com mais solidariedade e mais justo. Acho que essa é uma meta de vida para todos nesta sala e para todos que estão nos ouvindo. Agradeço mais uma vez o convite para estar aqui e me coloco sempre à disposição para trabalharmos juntos por esses propósitos. Muito obrigada. E vamos em frente. Obrigada.

Emilie Chazelle (moderadora)

Muito obrigada, Excelência, por estas palavras finais tão fortes. E, com isso, encerramos o nosso evento. Muito obrigada pela presença de todos. Teremos o prazer de compartilhar com vocês os planos e os relatórios; estarão todos no nosso site. Muito obrigada. Boa tarde.